

Ata n.º 15/2026

Reunião de Câmara realizada em 27 de julho de 2026

Aos vinte sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, Victor Eugénio das Neves Carvalho, da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Sançana e dos Senhores Vereadores Luís Filipe Sousa Santa, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia e Maria João Oliveira Miranda da Franca -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1. Faltas -----

1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal -----

1.3. Intervenção dos vereadores -----

2.PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

2.1. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

2.1.1. Proposta para a concessão de incentivos ao investimento no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município da Lousã – Publiseg – Soluções em Publicidade, Unipessoal Lda; -----

2.1.2. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 16.07.2026 relativo à abertura de procedimento de Consulta Prévia 100/26 – Contratação de serviços para fornecimento diário de refeições dos Jardins de Infância, Escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclo e Secundária, no local e transportas a quente e fornecimento diário de lanches escolares para as crianças que frequentam as Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) dos Jardins-de-Infância durante o Ano Letivo 2026/2027, ao abrigo do Acordo-Quadro da CIM da Região de Coimbra – AQ 01/2024 – Lote4; -----

2.1.3. Proposta de Plano de transportes escolares – na letivo 2026/2027; -----

2.1.4. Proposta de início de procedimento de alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----

2.1.5. Proposta de aquisição do imóvel designado por lote 42 da Quinta de Santa Rita à sociedade Carvalhos, Lda; -----

2.2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE; -----

2.2.1 Voto de Reconhecimento a António Seco; -----

2.2.2 Voto de Reconhecimento a Carlos Duarte e Ricardo Martins; -----

2.2.3 Proposta de isenção de tarifas devidas pela utilização da piscina do parque Carlos Reis e do campo de ténis, pelos utentes com idade inferior a 30 anos (inclusive), no dia 12 de agosto, no âmbito do Dia Internacional da Juventude; ----

2.2.4 Proposta de aceitação de bens diversos; -----

2.2.5 Proposta de aceitação de quadro;2. -----

2.3 PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE; -----

2.3.1. Aprovação da revisão de preços 3, empreitada de Reabilitação da Escola Secundária da Lousã – Processo SCE n.º11/2024; -----

2.3.2. Proposta de Trabalhos Complementares 2 -Processo SCE n.º: 17/2024 - Construção do Centro de Saúde da Lousã (2.ª fase); -----

2.3.3. Parecer favorável de Certidão de compropriedade; -----

2.4 FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL; -----

2.4.1. Emissão de Parecer – Pedido de Autorização Prévia Para Ações de Rearborização – Código de registo PR.005801.2026; -----

2.5 OUTROS; -----

2.5.1. Proposta de aprovação dos valores do CMA maio 2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã. -----

2.5.2. Proposta de aprovação dos valores de ELAC e ECIN de maio 2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã. -----

2.5.3. Proposta de aprovação dos valores do CMA junho 2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã. -----

2.5.4. Proposta de aprovação dos valores do ELAC e ECIN de junho 2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã. -----

2.5.5. Proposta de aprovação dos valores de OPAT VPCC e CSR maio e junho 2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã. -----

3 APROVAÇÕES EM MINUTA -----

1 PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1 – Faltas -----

Não estive presente a Sr.^a Vereadora Cristina Silva que justificou a falta. -----

1.2. Intervenção do Sr. ^a Presidente da Câmara Municipal. -----

O Sr. ^a Presidente da Câmara referindo-se ao turismo, esclareceu que a diminuição do número de visitantes no distrito e no país poderá ser explicada por diversos fatores, designadamente o aumento significativo do custo dos voos, a instabilidade geopolítica e os conflitos internacionais. Informou que estão a ser preparadas novas campanhas e produtos turísticos, com o objetivo de reforçar a atratividade do território. Relativamente ao procedimento de contratação dos serviços para as Piscinas Municipais, explicou que se trata de uma solução já adotada há vários anos, motivada pela inexistência de recursos humanos especializados nos quadros do Município para assegurar aquele serviço. Referiu que, apesar de existir a intenção de, sempre que possível, internalizar serviços, os constrangimentos legais e administrativos associados aos procedimentos de contratação pública, bem como o reduzido prazo disponível, inviabilizaram essa opção nesta fase. Acrescentou que o contrato atualmente em vigor termina em setembro e que o novo procedimento, pelo respetivo valor, assume a forma de concurso internacional, sendo o montante divulgado correspondente ao valor máximo para um período de dois anos, não significando que venha necessariamente a ser executado na sua totalidade. Esclareceu ainda que a eventual renovação dependerá da avaliação da qualidade do serviço prestado. Sublinhou que as Piscinas Municipais registam uma utilização média de cerca de 2.000 utilizadores por mês, pelo que considerou não ser adequado introduzir alterações que pudessem comprometer a continuidade e a qualidade do serviço. Concluiu que, embora compreenda as preocupações manifestadas, entende que, face à especificidade do serviço e à inexistência de meios humanos e técnicos próprios, a contratação externa continua a constituir, neste momento, a solução mais adequada para garantir uma resposta eficiente aos munícipes. -----

1.3. Intervenção dos Vereadores -----

A Sr.^a Vereadora Helena Correia começou por dar as boas-vindas à Dr.^a Maria João, manifestando a convicção de que a sua integração trará um importante contributo para o trabalho desenvolvido pelo Município. De seguida, apresentou um conjunto de questões que, segundo referiu, refletem preocupações dos Vereadores do Partido Socialista e dos munícipes, por incidirem sobre problemas do quotidiano com impacto na qualidade de vida da população. Relativamente ao Parque Carlos Reis, recordou as dificuldades já anteriormente identificadas quanto ao funcionamento do restaurante e do bar, reconhecendo os constrangimentos existentes, mas salientando que se trata de um dos espaços mais procurados da vila, sobretudo pelos residentes, defendendo que deveria ser assegurado, pelo menos, um serviço mínimo de apoio. Quanto aos parques infantis, designadamente os localizados junto ao Intermarché e ao Parque Modelo alertou para o estado de conservação, limpeza e segurança daqueles espaços, referindo que a sua utilização por grupos de jovens tem originado acumulação de resíduos e situações que afastam muitas famílias. Considerou importante reforçar a vigilância e assegurar uma limpeza regular, nomeadamente no início de cada dia. Abordou igualmente a limpeza urbana e a manutenção da via pública, referindo a existência de viaturas abandonadas, uma acidentada há vários meses, bem como a degradação de passeios e calçadas, defendendo uma intervenção mais célere nestas situações. Relativamente à Serra da Lousã, manifestou preocupação com a falta de manutenção e remarcação dos percursos pedestres, salientando que, apesar dos prejuízos provocados pelos incêndios de agosto de 2025 e pelas tempestades do inverno, estes continuam a ser procurados por turistas e visitantes. Considerou que a ausência de intervenção compromete a valorização daquele que classificou como o principal ativo natural do concelho. No mesmo âmbito, questionou o Executivo sobre o Fundo de Solidariedade da União Europeia, destinado à recuperação dos danos causados pelas intempéries, pretendendo saber qual a verba prevista para o concelho da Lousã, que intervenções serão abrangidas, se existem alterações aos montantes anteriormente anunciados e qual o calendário previsto para a sua execução. Reiterou ainda o pedido de informação sobre o estado dos procedimentos concursais lançados durante o mandato. No que respeita à participação dos Vereadores nas iniciativas municipais,

lamentou que os eleitos do Partido Socialista nem sempre sejam formalmente convidados para os eventos promovidos pelo Município, defendendo que as iniciativas sejam comunicadas com antecedência suficiente, permitindo a participação institucional de todos os eleitos. Sobre o procedimento relativo às Piscinas Municipais, considerou que a necessidade de recorrer a um procedimento urgente poderia ter sido evitada caso o processo tivesse sido preparado atempadamente, uma vez que o termo do contrato era conhecido com antecedência.

Sr. Vereador António Marçal questionou o Sr. Presidente sobre o acesso à informação e à documentação anteriormente solicitada, referindo que alguns pedidos apresentados desde novembro continuam sem resposta, dando como exemplo o processo de licenciamento de uma moradia em Vale de Neira a Velha. Por último, e relativamente à Escola Básica n.º 2, salientou que importa distinguir entre a inexistência de um financiamento já formalizado e a existência de um compromisso de financiamento. Recordou que a escola integra a lista das 451 escolas abrangidas pelo Acordo Setorial celebrado, em 2023, entre o Governo e a ANMP, tendo referido, também que o Ministro da Coesão Territorial afirmou recentemente que nenhuma escola será retirada do programa e que todas serão financiadas a 100% da despesa elegível. Nesse sentido, questionou o Executivo Municipal sobre se já foi solicitado ao Governo e à CCDR Centro confirmação formal da manutenção da escola no programa, qual o instrumento de financiamento previsto, o montante da despesa elegível e a eventual comparticipação municipal, bem como sobre o calendário previsto para a candidatura, financiamento e início da obra. Defendeu ainda que, independentemente da discussão sobre as decisões do anterior Executivo, importa concentrar esforços na concretização do compromisso assumido pelo Governo. Manifestou disponibilidade para apoiar todas as diligências necessárias à concretização da obra, questionando-se, por fim, se o atual Executivo irá exigir o cumprimento desse compromisso ou se pretende deixar cair a requalificação da Escola Básica n.º 2. -----

A Sr.ª Vereadora Maria João da Franca informou ter recebido queixas de moradores relativamente a uma obra na Rua Engenheiro Sanches Gama, cujos trabalhos alegadamente se iniciam aos sábados pelas 7h00, provocando níveis significativos de ruído. Recordou o disposto no Regulamento Geral do Ruído, segundo o qual este

tipo de atividades apenas pode decorrer antes das 8h00 em situações excepcionais, mediante licença especial de ruído ou por motivo de urgência legalmente previsto. Questionou se a Câmara Municipal tem conhecimento da situação, se foi emitida licença especial de ruído, se foram realizadas ações de fiscalização ou recebidas reclamações e que medidas serão adotadas para garantir o cumprimento da legislação. Concluiu, esclarecendo que não pretende impedir a realização da obra, mas assegurar o respeito pelos horários legalmente estabelecidos e pelo direito ao descanso dos moradores. Defendeu, por isso, que, caso não exista autorização excepcional devidamente fundamentada, a Câmara Municipal deverá diligenciar no sentido de assegurar o cumprimento dos horários legalmente estabelecidos e exercer uma fiscalização efetiva sobre esta situação. -----

A Sr.^a Vice-Presidente deu as boas-vindas à Sr.^a Vereadora Maria João, desejando-lhe sucesso no desempenho das suas funções e manifestando satisfação por contar com o seu contributo para os trabalhos do Executivo. Assinalou o 49.^o aniversário do Rancho Infantil Estrelinhas da Ponte do Areal, destacando o dinamismo da associação e a realização do respetivo festival, bem como o 36.^o Festival do Rancho Folclórico Flores de Serpins, enaltecendo o papel destas coletividades na preservação e promoção das tradições culturais e do folclore. Informou ainda que será apresentado na próxima reunião de Câmara um voto de reconhecimento à Academia de Bailado da Lousã e à My Turn pelos prémios alcançados na Final Europeia do All Dance Europe. Por fim, referiu que o convite para a cerimónia de reconhecimento foi dirigido a todos os membros dos órgãos municipais, indicando que será averiguada a eventual ocorrência de alguma falha no respetivo envio. ---

O Sr. Presidente da Câmara começou por esclarecer a questão dos convites para as cerimónias referidas. Relativamente à cerimónia dos Bombeiros, explicou que a organização esteve a cargo do Corpo de Bombeiros da Lousã e que, ao verificar que os vereadores da oposição não tinham sido convidados, contactou de imediato o Comandante, lamentando a situação. Quanto às iniciativas do Dia dos Avós e das Crianças, entendeu que se trata de eventos de natureza informal, não sendo habitual o convite aos membros da oposição. Ainda assim, manifestou respeito pela posição apresentada e assegurou que, se for entendimento do Executivo, serão adotados procedimentos que garantam o convite para este tipo de iniciativas, evitando



situações semelhantes. Em resposta às questões colocadas sobre o Parque Carlos Reis, informou que a prioridade do Município é proceder à sua reabertura com a maior brevidade possível. Explicou, contudo, que a exploração do espaço terá de ser atribuída através de procedimento concursal e que, apesar de ter sido equacionada uma solução transitória, não foi possível encontrar uma entidade disponível para assegurar essa exploração. Acrescentou que o respetivo procedimento se encontra em fase final de preparação, esperando que possa ser submetido à apreciação do Executivo numa próxima reunião. Relativamente aos parques infantis, informou que foram reforçadas as instruções aos serviços para aumentar as ações de limpeza e manutenção, tendo igualmente solicitado à GNR um reforço do policiamento, na sequência de alguns relatos de comportamentos menos adequados nesses espaços. Sobre os veículos abandonados na via pública, esclareceu que existem cerca de uma dúzia de processos em tramitação, incluindo o caso da Rua do Chão Novo, explicando que a remoção destes veículos obedece a um procedimento administrativo e legal rigoroso, não podendo ser efetuada de forma imediata. No que respeita à limpeza urbana, reconheceu que existem algumas situações por resolver, justificando-as com o facto de grande parte dos meios municipais ter estado empenhada na limpeza de estradas, estabilização de taludes e desobstrução de linhas de água na sequência das intempéries. Informou, contudo, que se encontram a decorrer procedimentos de recrutamento para reforço das equipas afetas à higiene urbana. Relativamente aos trilhos pedestres, informou que a generalidade dos percursos já se encontra transitável, encontrando-se apenas um percurso condicionado devido à reconstrução de uma ponte, cuja conclusão está prevista para breve. Acrescentou que o Município investiu cerca de 75 mil euros na limpeza e manutenção dos trilhos, e renovação da sinalética, sublinhando que os trabalhos foram particularmente exigentes devido aos danos provocados pelos incêndios de 2025 e pelas tempestades subsequentes. Sobre o financiamento das obras da Escola Básica n.º 2, manifestou preocupação com a ausência de instrumentos formais que permitam enquadrar financeiramente a empreitada, apesar das declarações públicas do Governo garantindo que nenhuma escola ficará sem financiamento. Referiu que, até ao momento, não existe qualquer aviso ou candidatura aberta que permita assegurar esse financiamento, circunstância que

Pk

dificulta a preparação do orçamento municipal. Ainda assim, afirmou manter a expectativa de que seja encontrada uma solução, reiterando que continuará a defender junto do Governo os interesses do Município. Por fim, relativamente à questão da obra na Rua Engenheiro Sanches Gama, informou não ter tido conhecimento de qualquer reclamação, formal ou informal, sobre o alegado início dos trabalhos antes das 8h00 aos sábados. Determinou, contudo, que os serviços competentes averiguem a situação junto do empreiteiro e do diretor da obra, de forma a verificar o cumprimento da legislação aplicável. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

2.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

2.2.1 Proposta para a concessão de incentivos ao investimento no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município da Lousã – Publiseg – Soluções em Publicidade, Unipessoal Lda; -----

O Sr. Vereador António Marçal destacou a importância deste tipo de ações, sobretudo por promoverem o empreendedorismo e a criação de empresas por parte dos mais jovens, considerando que constituem iniciativas relevantes para o desenvolvimento económico e para a dinamização da comunidade local. -----

O Sr. Vereador Luís Santa ausentou-se da sala não participando na votação. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta para a concessão de incentivos ao investimento no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município da Lousã – Publiseg – Soluções em Publicidade, Unipessoal Lda. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta para a concessão de incentivos ao investimento no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município da Lousã – Publiseg – Soluções em Publicidade, Unipessoal Lda^a (Doc. 1 (um)) -----

2.2.2. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 16.07.2026 relativo à abertura de procedimento de Consulta Prévia 100/26 – Contratação de serviços para fornecimento diário de refeições dos Jardins de Infância, Escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclo e Secundária, no local e transportas a quente e fornecimento diário de lanches escolares para as crianças que frequentam as Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) dos Jardins-de-Infância durante

o Ano Letivo 2026/2027, ao abrigo do Acordo-Quadro da CIM da Região de Coimbra
- AQ 01/2024 - Lote4; -----

O Sr. Vereador António Marçal salientou que se trata de um serviço público essencial, não estando em causa a necessidade de assegurar a sua continuidade, mas antes a qualidade e a legalidade do procedimento adotado. Referiu que o contrato, no valor superior a 1,18 milhões de euros, deveria ter sido preparado com maior antecedência, considerando inadequado o recurso à ratificação por uma situação de urgência que era previsível. Apontou reservas quanto à fundamentação dos preços unitários, uma vez que não se encontra suficientemente demonstrada a forma como foram calculadas as atualizações dos custos. Questionou a compatibilidade integral do procedimento com o lote 4 do Acordo-Quadro AQ 01/2024. A principal objeção incidiu sobre a fórmula de avaliação do preço, por depender da média das propostas apresentadas, considerando que tal poderá contrariar o artigo 139.º, n.º 4, do Código dos Contratos Públicos e comprometer a transparência e previsibilidade da avaliação. Defendeu a revisão dos fatores qualitativos, de modo a privilegiar critérios objetivos e mensuráveis relacionados com a qualidade nutricional, sustentabilidade, redução do desperdício, rastreabilidade e qualidade da execução, em detrimento de critérios excessivamente genéricos ou de certificações. Concluiu que as peças deveriam ser corrigidas e o acompanhamento da execução reforçado. Apesar das reservas jurídicas, técnicas e procedimentais identificadas, informou que os vereadores do Partido Socialista se iriam abster, por entenderem que a sua posição não deveria impedir a continuidade de um serviço essencial às crianças e às famílias, deixando, contudo, expressa a exigência de correção das insuficiências apontadas. Considerou que a adoção do critério da proposta economicamente mais vantajosa, através do modelo multifator, poderia ser adequada. Contudo, manifestou reservas quanto à forma como esse critério foi concretizado, por entender que a componente relativa ao preço depende das propostas apresentadas pelos restantes concorrentes, situação que, no seu entendimento, poderá não respeitar o disposto no n.º 4 do artigo 139.º do Código dos Contratos Públicos, o qual exige que as variáveis dos fatores de avaliação sejam previamente definidas e não dependam do conteúdo das propostas concorrentes. Acrescentou ainda que, no que respeita ao fator qualidade, o modelo de avaliação

assenta essencialmente na apresentação de certificações, não contemplando, na sua perspetiva, uma avaliação objetiva das condições concretas da prestação do serviço. Terminou a intervenção com a apresentação de declaração de voto, que por ser extensa, se encontra anexa à ata. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 16.07.2026 relativo à abertura de procedimento de Consulta Prévia 100/26 – Contratação de serviços para fornecimento diário de refeições dos Jardins de Infância, Escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclo e Secundária, no local e transportas a quente e fornecimento diário de lanches escolares para as crianças que frequentam as Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) dos Jardins-de-Infância durante o Ano Letivo 2026/2027, ao abrigo do Acordo-Quadro da CIM da Região de Coimbra – AQ 01/2024 – Lote4. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PS, deliberou aprovar a de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 16.07.2026 relativo à abertura de procedimento de Consulta Prévia 100/26 – Contratação de serviços para fornecimento diário de refeições dos Jardins de Infância, Escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclo e Secundária, no local e transportas a quente e fornecimento diário de lanches escolares para as crianças que frequentam as Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) dos Jardins-de-Infância durante o Ano Letivo 2026/2027, ao abrigo do Acordo-Quadro da CIM da Região de Coimbra – AQ 01/2024 – Lote4 (Doc. 2 (dois)) -----

2.1.3. Proposta de Plano de transportes escolares – ano letivo 2026/2027;

A Sr.ª Vereadora Helena Correia referiu que o documento apresenta algumas fragilidades que deverão ser revistas ou repensadas, designadamente pelo facto de o número de alunos a transportar ainda não se encontrar estabilizado, estando prevista a consolidação dos dados pelo Agrupamento de Escolas até outubro de 2026. Considerou, por isso, importante que o Plano possa ser posteriormente reavaliado, quando estiverem reunidos todos os pedidos de transporte e consolidados os dados relativos aos alunos. Defendeu a apresentação de um balanço mais claro do Plano de Transportes Escolares de 2025/2026, permitindo identificar o que funcionou bem, as dificuldades verificadas e as situações que deverão ser melhoradas ou corrigidas. Referiu os contributos recebidos relativamente à oferta

de transporte na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, considerando, de uma forma geral, que a oferta responde às necessidades dos utilizadores. Contudo, sinalizou a situação de famílias cujas crianças frequentam estabelecimentos de ensino em Vila Nova de Poiares, situação que poderá decorrer da existência de uma melhor resposta de transporte disponibilizada por aquele concelho. Sugeriu a análise desta realidade, designadamente quanto à adequação da oferta existente, tendo em conta a situação periférica de algumas localidades. Salientou a preocupação das famílias relativamente ao acompanhamento das crianças do 1.º ciclo durante o transporte escolar. Embora tenha sido admitida a possibilidade de acompanhamento em determinadas situações, considerou que o Plano deveria identificar de forma mais clara quais as carreiras abrangidas. Retomou, ainda a questão da retirada de uma paragem na Rua da Sé, em Vilarinho, junto à igreja. Apesar de o Plano prever a circulação de recursos pela zona da Rua da Sé, a identificação das paragens apenas refere Vilarinho e Capela, não sendo claro se a paragem junto à igreja corresponde à atualmente prevista. Foi, por isso, solicitada a clarificação e a avaliação da necessidade de manutenção daquela paragem. Em conclusão, considerou que o Plano assegura a continuidade do serviço, mas assume sobretudo uma natureza descritiva, devendo evoluir para um verdadeiro instrumento de planeamento, com avaliação das necessidades, identificação das situações a corrigir e previsão de eventuais ajustamentos. Salientou que o Plano deverá manter-se dinâmico, permitindo, sempre que necessário, corrigir paragens e percursos ou reforçar a oferta em função das necessidades dos alunos. -----

O Sr. Presidente da Câmara manifestou disponibilidade para acompanhar a evolução da situação e proceder às correções, reforços e melhorias que se revelem necessários, tendo como prioridade o bem-estar e a segurança dos alunos. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Plano de transportes escolares – na letivo 2026/2027. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Plano de transportes escolares – na letivo 2026/2027 (Doc. 3 (três)) –

2.1.4. Proposta de início de procedimento de alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----

O Sr. Vereador António Marçal manifestou discordância quanto à inclusão, na tabela de taxas municipais, de uma taxa cuja aplicação decorre diretamente da lei, considerando que a sua inserção teria natureza meramente declarativa. Referiu que alguns municípios optaram, perante a entrada em vigor da respetiva obrigação legal, por proceder apenas à publicitação da aplicação da taxa, sem promover uma alteração da tabela de taxas municipais. Nesse sentido, considerou que a cobrança da taxa resulta diretamente da lei e não dependeria da abertura, nesta fase, de um procedimento de alteração regulamentar, podendo a atualização da tabela ser efetuada posteriormente, no procedimento habitual de revisão de taxas. Manifestou preocupação quanto à possibilidade de o procedimento de alteração regulamentar não estar concluído à data de entrada em vigor da obrigação legal, questionando se, nesse caso, o Município procederia ou não à cobrança da taxa. Salientou que, caso a cobrança venha a ocorrer independentemente da alteração da tabela, tal poderia demonstrar a desnecessidade da alteração agora proposta. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o procedimento deverá estar concluído até à data de entrada em vigor da nova obrigação legal, não subsistindo dúvidas quanto à sua aplicação. Referiu ainda, que a opção adotada pelo Município pretende assegurar uma forma mais clara e transparente de proceder à atualização e aplicação da taxa. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de início de procedimento de alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de início de procedimento de alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais (Doc. 4 (Quatro)) -----

2.1.5. Proposta de aquisição do imóvel designado por lote 42 da Quinta de Santa Rita à Sociedade Carvalhos, Lda; -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que teve oportunidade de transmitir previamente aos vereadores a intenção do Município de adquirir o imóvel em causa, bem como a estratégia definida para a sua utilização. Explicou que a aquisição permitirá transferir o atual mercado para o espaço do Parque de Exposições, possibilitando, posteriormente, a construção de uma nova biblioteca e a instalação, no atual edifício da biblioteca, de diversos serviços municipais atualmente dispersos por diferentes

instalações, permitindo também reduzir encargos com arrendamentos. Relativamente ao empréstimo de 500.000 euros associado à aquisição, esclareceu que este se destina a assegurar a entrada necessária à concretização do negócio. Embora esteja previsto o pagamento do imóvel no prazo de cinco anos e sem juros, a empresa proprietária solicitou uma entrada inicial por razões de liquidez e de natureza fiscal relacionadas com a alienação dos imóveis. O Senhor Presidente salientou que a decisão relativa ao empréstimo foi desencadeada previamente à formalização da intenção de aquisição precisamente para permitir ganhar tempo nos procedimentos necessários, designadamente junto do Tribunal de Contas, e cumprir o objetivo de submeter o processo à Assembleia Municipal em setembro, permitindo posteriormente concretizar a escritura e iniciar rapidamente as intervenções. Manifestou ainda o seu desagrado pelo facto de, apesar de ter procurado envolver previamente os vereadores nesta intenção, através de contactos institucionais, terem posteriormente surgido declarações públicas que transmitiam a ideia de desconhecimento da operação. Sublinhou que considerava importante manter uma relação de cooperação institucional relativamente a decisões estruturantes para o concelho. O Senhor Presidente destacou igualmente a importância estratégica da aquisição para a requalificação daquela zona da vila, considerando que os atuais armazéns não dignificam o espaço urbano, e referiu que a intervenção poderá contribuir para a criação de novas dinâmicas e centralidades urbanas. Acrescentou que o Município pretende aproveitar os apoios comunitários ainda disponíveis e avançar rapidamente com os projetos previstos, designadamente a criação de um espaço de coworking e de um centro de negócios, aproveitando a área de aproximadamente 17.000 m² associada ao imóvel. Concluiu salientando que, nesta fase, a questão em apreciação se prende essencialmente com a aquisição do imóvel, a qual permitirá concretizar a estratégia definida para a reorganização dos serviços municipais e para a valorização e dinamização daquela área do concelho. –

O **Sr. Vereador António Marçal** manifestou algumas reservas e solicitou esclarecimentos adicionais, designadamente quanto à identificação do imóvel nas diferentes peças do processo, à avaliação efetuada, às confrontações e à alteração da utilização prevista. Questionou igualmente sobre o financiamento, nomeadamente o empréstimo de 500.000 euros e o pagamento do remanescente do valor de

9 

aquisição ao vendedor no prazo de cinco anos, pretendendo esclarecer as respetivas implicações em matéria de endividamento municipal. Questionou ainda a diferença entre o valor da avaliação e o preço acordado para a aquisição. Colocou algumas dúvidas quanto à acessibilidade e segurança do espaço, considerando a futura utilização e o número estimado de utilizadores, bem como quanto ao impacto que a construção prevista nos terrenos envolventes poderá ter na circulação e nas condições de acesso ao local. Solicitou que fosse apresentado, ainda que em termos gerais, o plano de investimentos associado à aquisição, designadamente as intervenções necessárias no pavilhão, a transferência do mercado, a futura instalação da biblioteca, a criação de um espaço de coworking e de um centro de negócios, bem como a respetiva estratégia de financiamento. -----

Terminou a intervenção com a apresentação de declaração de voto, que por ser extensa, se encontra anexa à ata. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a aquisição permitirá criar uma nova centralidade urbana, requalificar uma área atualmente ocupada por armazéns e disponibilizar uma área significativa para lazer e utilização pública. Referiu que o pavilhão será recuperado e poderá assumir uma utilização multiusos, estando igualmente prevista a instalação de um centro de negócios e de um espaço de coworking. Esclareceu ainda que o Município pretende recorrer a meios próprios e a financiamento comunitário, tendo já identificados recursos para algumas das intervenções, designadamente para o espaço de coworking e do centro de negócios, bem como verbas anteriormente previstas para a biblioteca municipal. Salientou, contudo, que os projetos e os respetivos mapas de trabalhos ainda se encontram em desenvolvimento. Quanto às questões de acessibilidade e segurança, assegurou que estas serão devidamente acauteladas no desenvolvimento do projeto, mantendo-se zonas de circulação e acessos ao espaço. Referiu que a aquisição não impede o Município de, no futuro, ponderar uma nova localização para a realização de grandes eventos, feiras e outras iniciativas. Por fim, destacou que o processo está a ser desenvolvido em paralelo com os restantes projetos e que, embora ainda não exista um desenho definitivo para apresentar, a intenção é avançar com a aquisição e, posteriormente, concretizar de forma faseada as intervenções previstas. -----



O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aquisição do imóvel designado por lote 42 da Quinta de Santa Rita à sociedade Carvalhos, Lda. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três votos contra do PS, deliberou aprovar a proposta de aquisição do imóvel designado por lote 42 da Quinta de Santa Rita à sociedade Carvalhos, Lda (Doc. 5 (Cinco)) -----

2.2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

2.2.1. Voto de Reconhecimento a António Seco; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de Voto de Reconhecimento a António Seco, pelos meritórios resultados desportivos alcançados na época 2025/2026, em particular pela conquista dos títulos de Campeão Distrital de SUB 16 em triplo salto e Campeão Distrital no lançamento do Peso. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição do Voto de Reconhecimento a António Seco, pelos meritórios resultados desportivos alcançados na época 2025/2026, em particular pela conquista dos títulos de Campeão Distrital de SUB 16 em triplo salto e Campeão Distrital no lançamento do Peso. (Doc. 6 (Seis)) -----

2.2.2 Voto de Reconhecimento a Carlos Duarte e Ricardo Martins; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição do Voto de Reconhecimento a Carlos Duarte e Ricardo Martins, atletas da ARCIL pela brilhante prestação desportiva na conquista dos títulos de Campeões da Europa em Basquetebol 3X3 e Basquetebol 5X5 nos jogos Europeus de Verão VIRTUS 2026. -

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição do Voto de Reconhecimento a Carlos Duarte e Ricardo Martins, atletas da ARCIL pela brilhante prestação desportiva na conquista dos títulos de Campeões da Europa em Basquetebol 3X3 e Basquetebol 5X5 nos jogos Europeus de Verão VIRTUS 2026 (Doc. 7 (Sete)) -----

2.2.3. Proposta de isenção de tarifas devidas pela utilização da piscina do parque Carlos Reis e do campo de ténis, pelos utentes com idade inferior a 30 anos (inclusive), no dia 12 de agosto, no âmbito do Dia Internacional da Juventude;

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de isenção de tarifas devidas pela utilização da piscina do parque Carlos Reis e do campo de ténis, pelos

9d

utentes com idade inferior a 30 anos (inclusive), no dia 12 de agosto, no âmbito do Dia Internacional da Juventude. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de isenção de tarifas devidas pela utilização da piscina do parque Carlos Reis e do campo de ténis, pelos utentes com idade inferior a 30 anos (inclusive), no dia 12 de agosto, no âmbito do Dia Internacional da Juventude, (Doc. 8 (Oito)) ----

2.2.4 Proposta de aceitação de bens doados pelos Herdeiros de António Jorge Simões Padilha Simões Lopes; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aceitação de bens diversos, doado pelas herdeiras do Dr.^a António Jorge Padilha Simões Lopes a fim de integrarem o acervo municipal. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aceitação de bens diversos, doado pelas herdeiras do Dr.^a António Jorge Padilha Simões Lopes a fim de integrarem o acervo municipal. (Doc. 9 (nove)) ---

2.2.5 Proposta de aceitação de quadro doado por Herdeira de José Augusto Rebelo da Mota Arnaut; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aceitação de quadro doado por Herdeira de José Augusto Rebelo da Mota Arnaut; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aceitação de quadro doado por Herdeira de José Augusto Rebelo da Mota Arnaut; (Doc. 10 (Dez)) -----

2.3. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE -----

2.3.1. Aprovação da revisão de preços 3, empreitada de Reabilitação da Escola Secundária da Lousã – Processo SCE n.º11/2024; -----

A Sr.^a Vereadora Helena Correia questionou se as revisões de preços, alterações e trabalhos adicionais previstos se encontram enquadrados na dotação orçamental do PRR e qual o impacto que os mesmos poderão representar para o orçamento municipal. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o Município já acautelou orçamentalmente estas situações, tendo sido prevista e cabimentada uma verba destinada a fazer face a eventuais revisões de preços e demais encargos

decorrentes da execução dos contratos. Contudo referiu que ainda não é possível determinar com certeza a origem do financiamento das revisões de preços, atendendo à atual instabilidade e à evolução dos respetivos apoios. Informou ainda que a expectativa é de que os encargos resultantes das revisões de preços venham a ser financiados no âmbito do respetivo programa, pelo que, nesta fase, considera não existir motivo de preocupação quanto ao seu impacto no orçamento municipal.

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta da revisão de preços 3, empreitada de Reabilitação da Escola Secundária da Lousã – Processo SCE n.º 11/2024; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta da revisão de preços 3, empreitada de Reabilitação da Escola Secundária da Lousã – Processo SCE n.º 11/2024 (Doc. 11 (Onze)) -----

2.3.2. Proposta de Trabalhos Complementares 2 – Processo SCE n.º 17/2024 – Construção do Centro de Saúde da Lousã (2.ª fase); -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Trabalhos Complementares 2 – Processo SCE n.º: 17/2024 – Construção do Centro de Saúde da Lousã (2.ª fase) -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Trabalhos Complementares 2 – Processo SCE n.º: 17/2024 – Construção do Centro de Saúde da Lousã (2.ª fase) (Doc. 12 (Doze)) -----

2.3.3. Parecer favorável de Certidão de compropriedade; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o parecer favorável de Certidão de compropriedade; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o parecer favorável de Certidão de compropriedade (Doc. 13 (Treze)) -----

2.4. FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

2.4.1. Pedido de Autorização Prévia Para Ações de Rearborização – Código de registo PR.005801.2026; -----

O Sr. Vereador António Marçal referiu que, de acordo com a informação técnica, a parcela se encontra classificada no PDM como Área Florestal de Produção, não apresenta condicionantes identificadas e não está abrangida pelas faixas de gestão de combustível da rede secundária, tendo os serviços proposto a emissão de parecer

favorável. Salientou que, não existindo nos elementos do processo fundamento jurídico ou regulamentar suficiente para emitir parecer desfavorável, a proposta seria acompanhada favoravelmente. Contudo, considerou que a conformidade formal da pretensão com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis não significa necessariamente que a rearborização com eucalipto constitua a solução mais adequada do ponto de vista do ordenamento e da política florestal. Nesse sentido, defendeu que, em futuros processos, a análise técnica deverá ser mais abrangente, considerando a proximidade de habitações, a eventual relação com Condomínios de Aldeia e outros projetos de proteção dos aglomerados, as condições de acesso dos meios de socorro e o contributo da intervenção para a segurança das populações e para a resiliência da paisagem. Salientou, ainda que a parcela se encontra num território vulnerável ao risco de incêndio rural e abrangido pelo Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Mondego e Bacias do Alva (PRGP MOBA), devendo ser ponderadas soluções que contribuam para uma transformação integrada da paisagem, nomeadamente através de povoamentos mistos, espécies autóctones, sistemas agroflorestais, recuperação de utilizações agrícolas ou criação de áreas de descontinuidade. Reconheceu, contudo, que não deverá ser imposta aos proprietários uma alteração das opções de exploração sem adequada base legal, acompanhamento técnico e existência de incentivos ou compensações que tornem essas alternativas economicamente viáveis. Assim, manifestou voto favorável à emissão do parecer, por não se encontrar fundamento suficiente para inviabilizar a pretensão concreta, recomendando, porém, que futuras propostas de arborização ou rearborização integrem uma análise territorial mais abrangente e articulada com o PRGP MOBA, a segurança das populações e as políticas de prevenção de incêndios. Por fim, salientou que a aprovação desta pretensão não deverá significar a manutenção indefinida do mesmo modelo florestal, devendo o Município procurar criar condições para que os proprietários possam optar por diferentes espécies, usos e fontes de rendimento, conciliando a exploração económica dos terrenos com a segurança das populações, a biodiversidade e a resiliência do território. Foi apresentada declaração de voto, que por ser extensa se encontra anexa a ata. ---

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o Pedido de Autorização Prévia Para Ações de Rearborização - Código de registo PR.005801.2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Pedido de Autorização Prévia Para Ações de Rearborização – Código de registo PR.005801.2026 (Doc. 14 (Quatorze)) -----

2.5. OUTROS -----

2.5.1. Proposta de aprovação dos valores do CMA maio /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação dos valores do CMA maio /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aprovação dos valores do CMA maio /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã (Doc. 15 (Quinze)) -----

2.5.2. Proposta de aprovação dos valores do ELAC e ECIN de maio /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação dos valores do ELAC e ECIN de maio /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aprovação dos valores do ELAC e ECIN de maio /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã (Doc. 16 (Dezasseis)) -----

2.5.3. Proposta de aprovação dos valores do CMA de junho /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação dos valores do CMA de junho /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aprovação dos valores do CMA junho /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã (Doc. 17 (Dezassete)) -----

2.5.4. Proposta de aprovação dos valores do ELAC e ECIN de junho /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação dos valores do ELAC e ECIN de junho /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aprovação dos valores do ELAC e ECIN de junho /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã (Doc. 18 (Dezoito)) -----

2.5.5. Proposta de aprovação dos valores de OPAT, VPCC e CSR de maio e junho/2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã. -----

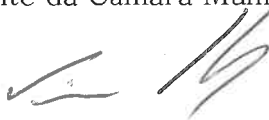
O Sr. **Presidente da Câmara** colocou à votação a proposta de aprovação dos valores de OPAT, VPCC e CSR de maio e junho /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã; A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aprovação dos valores de OPAT, VPCC e CSR de maio e junho /2026 dos Bombeiros Municipais da Lousã (Doc. 19 (Dezanove)) -----

Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas 12 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por mim Dina Campos, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

